



ALBERGUE MANHUAÇU

Pessoas em situação de rua: Estudo de caso de arquitetura de albergues.

Autor Ruany Carvalho Barbuto

Orientador Mariana De C. Perreira Pontes Papa/

Izadora C. Corrêa Silva

Curso: Arquitetura e Urbanismo Período: 9º período

Área de Pesquisa: Arquitetura Institucional.

Resumo: O presente artigo tem como estudo a vida das pessoas que vivem em situação de rua, que foi analisado por teóricos, na busca em compreender as dificuldades enfrentadas por elas, o que as levaram a estar nessa situação e como se habitam na cidade. Visto que essas pessoas são esquecidas pela população, decorrentes da desigualdade social. O artigo mostra reflexões importantes como: o papel do arquiteto e as ações sociais com essa população. Como metodologia e entendimento desse trabalho, estudamos alguns casos análogos com pontos positivos, onde concluímos que o espaço não precisa ser em grande escala e sim ser funcional e uma análise do Albergue da cidade de Manhuaçu, onde temos como necessidade a construção de uma nova edificação, garantindo flexibilidade, eficiência, bem estar, conforto e a sensação de pertencimento e liberdade maior do que a própria rua, uma estrutura adequada, com intuito dessas pessoas terem uma vida digna de cidadão.

Palavras-chave: albergue, arquitetura, pessoas em situação de rua

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como base um assunto bastante vigente e que está cada vez mais perceptível nas cidades Brasileiras e, como não poderia ser diferente no município de Manhuaçu-MG: as pessoas em situação de rua.

O tema surge a partir do estudo a respeito das condições de vida das pessoas em situação de rua. Segundo (NIGRO,2015) elas tem transformado o espaço urbano, seja através de suas moradias improvisadas e até mesmo pelo modo em que usufruem das ruas. De acordo, com o decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a população em situação de rua:

“Considera-se a população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. (BRASIL, 2009, artº 1).

Trata-se de uma situação cujo a problemática está relacionada aos aspectos econômicos, políticos, sociais, psicológicos e urbanísticos. De tal forma que muitos fatores podem contribuir a essas condições, entre eles o vício, a exclusão social, a falta dos órgãos governamentais em instituir essas pessoas, e por fim o dever do profissional na área de arquitetura e urbanismo em entender esses fenômenos, suas características e a conexão com o espaço urbano, obtendo novas perspectivas de vida, de acordo com a necessidade de cada indivíduo.(MIAGUTI, 2016).

Levando em consideração que grande parte dos Albergues são projetados de maneira insatisfatória, muitos foram adaptados em edifícios improvisados que acaba por resultar na sua falta de funcionalidade, não atendendo assim a necessidade desse público alvo.

A presença das pessoas em situação de rua tem alterado o meio urbano e sua paisagem, sendo assim o artigo tem como intuito questionar: De que forma elas são vistas no espaço urbano a partir da sua presença? E em que ponto, a arquitetura pode promover melhorias a elas?

Segundo (QUINTÃO,2012), um planejamento urbano que inclua as pessoas que vivem em situação de rua, pode tornar a cidade mais conveniente aos olhos de todos.Sendo assim, suas necessidades precisam ser atendidas ao pensarmos em projetar um espaço em que são frequentados por esse público, fazendo que o ambiente seja mais compacto e que atenda a todos.

Portanto, o artigo tem como objetivo geral analisar o Albergue de Manhuaçu-MG e estudar casos análogos afim da busca por soluções arquitetônicas interessantes, para possíveis melhoria no convívio entre essas pessoas, de forma que favoreça e diminua os obstáculos que elas passam diariamente e de fato uma futura reinserção social e a retomada aos direitos a cidadania.

2.DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1. Caracterização da população em situação de rua

Atualmente, o “habitar na rua” é uma situação presente na grande parte das cidades Brasileiras, apontada como uma adversidade, especialmente, nas cidades com grande índice de população, abrangendo questões sociais, políticas e também urbanísticas.

Segundo Stoffel (1997), os primeiros habitantes e andarilhos foram descobertos na Grécia Antiga e, conseqüentemente, apareceram desde a criação das cidades por meio das apropriações de terra. (STOFFEL, 1997).

Para Silva (2006), na transição entre o feudalismo e capitalismo, com o princípio da revolução industrial, a história na cidade se tornou mais valorizada cuja a do campo; com isso, o homem perde suas propriedades e seus meios de trabalho e sai na tentativa de novas oportunidades, de um novo emprego nas indústrias das grandes metrópoles. Diante disso, várias conseqüências surgiram, pois nem todos os cidadãos conseguiram ser incorporados profissionalmente, seja por motivos de adaptação, como também a grande demanda.Sem opção, muitas passaram a habitar na rua. (SILVA, 2006).

Ainda sobre Silva (2006), o aparecimento dessa população, que habita nas ruas, é resultado da modificação do cenário urbano levada, desde o início da revolução com que esses índices aumentassem a cada dia. Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (2015), sobre o aumento dessa população, o Brasil tem uma estimativa de mais de 10.000 pessoas que vivem em situação de rua. (IPEA, 2015).

Segundo Costa (2005), a população é marcada por um grupo de pessoas que ficam em torno das cidades á procura de sobrevivência. (COSTA,2005). A fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) definiu esses usuários, como:

“ O conjunto de pessoas que por contingência temporária, ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto – em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos e nos centros de acolhida público ou de entidades sociais”. (FIPE, 2015)

Infelizmente como citado por Costa (2015), a realidade dessas pessoas é caracterizada por uma série de fatores que contribuem para essas condições, como o modo que se sobrevivem, faixa etária e a maneira que se agrupam, dentre outros.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (2008), os maiores motivos que induz as pessoas a morarem na rua são: alcoolismo, uso de drogas, falta de emprego e desavenças familiares. (MDS, 2008).

“As próprias circunstâncias que levam as pessoas para rua são variadas. Engloba desde brigas familiares, abandono, doenças, transtornos mentais, drogadição, até a distância do local de trabalho, perde de emprego, calamidades naturais, tragédias pessoais. Há



diferenças também na forma como sobrevivem, seja pedindo esmolas ou trabalhando precariamente como catadores de lixo, flanelinhas, vendedores de balas e bebidas. Conclui-se que o único ponto em comum, que os situa dentro de um mesmo grupo social, é a situação limite de pobreza a que estão submetidos, isto é, o fato de fazerem da rua um local de sobrevivência e estarem expostos aos mesmos perigos e condições sub-humanas de vida”. (PERREIRA, 2008, p.70)

Ou seja, é fundamental evidenciar a heterogeneidade desses indivíduos, a fim de desatar a idealização e o preconceito perante essas pessoas que a população habitualmente possui.

Dessa forma, é de total importância ressaltar as diversas caracterizações atribuídas a essas pessoas, que habitam em um mesmo espaço:

Giorgetti (2006) em seu livro, faz uma reflexão de que essas pessoas que se encontram em situação de rua se arrumam da maneira em que podem, seja nos alojamentos ou até mesmo nos ambientes públicos. (GIORGETTI, 2006).

Já Vieira, Bezerra e Rosa (1992), citam que são indivíduos sem nenhuma estrutura de vida, e que fazem da rua uma morada. (VIEIRA, BEZERRA E ROSA, 1992).

Costa (2005), referência que são um grupo de pessoas que passam por diversos tipos de problema, e que vivem em situação de extrema pobreza. (COSTA, 2005).

De acordo com Varanda e Adorno (2004) a partir das infinitas diferenças entre esses moradores, pertinentes a um só espaço, são utilizadas denominações, até mesmo por eles próprios, na hipótese de se indentificarem e se destiguirem, lapidados em princípios básicos que utilizam para sobreviverem. Dentre essas, estão: “os pedintes”, “mendigos”, “catadores” e “maloqueiros”. Apesar da infinidade de nomes, ninguém consegue explicar o verdadeiro significado para essas pessoas. Ainda sobre Varanda e Adorno (2004), é fundamental ressaltar que esses usuários portam traços comuns, pois sobrevivem na rua em condições difíceis e não podendo, às vezes efetuar sua cidadania.

2.1.2. População de rua em relação ao espaço urbano

As pessoas em situação de rua cruzam por constante ameaças como: frio, fome, violência, solidão, insegurança e instabilidade social ao se locarem em determinados lugares no meio urbano e, entre outras razões, que os caracterizam como excluídos.

“Eles modificam o espaço público e a paisagem urbana, criam para si novas identidades, diversos nomes e apelidos e, dessa forma, constroem novas histórias e não abdicam de sua “semi-identidade”. (MENDES, 2007, p.87).

Através de noticiários em jornais, é notável as inúmeras adversidades que são elaboradas, tendo em vista a relação da população das cidades com os moradores que vivem nas ruas. A presença dessas pessoas nas imediações de comércio e residenciais causam, constantemente, um certo constrangimento aos proprietários. Muitas vezes, são considerado desagradáveis, um incômodo pelo olhar dos habitantes, inclusive contribuindo para poluição visual na cidade. Com isso, a população tenta recorrer às autoridades através de abaixo-assinados, para a remoção



desses moradores com o propósito de amenizarem o cenário da cidade.(ESTADO DE MINAS, 2013).A partir da reportagem que aborda os conflitos envolvendo essas pessoas e o restante da população, são elaborados inúmeros recursos no município , para afastá-los, como: muros, grades, pedras, bancos que dificultem a acomodação e, inclusive, marquises têm sido evitadas nas construções para não atrair esse público-alvo.(ESTADO DE MINAS, 2013).

“Por meio dessas intervenções, os habitantes dos edifícios do centro da cidade ou dos bairros abastados, além da clientela dos locais bem freqüentados de São Paulo, protegem-se do morador de rua. Sob o pretexto de se sentirem ameaçados, delimitam seu espaço na cidade. Além disso, aquilo que corresponderia simbolicamente a verdadeiras “muralhas” representa também um sinal de poder, pois serve para lembrar o morador de rua da sua condição de inferioridade.” (GIOORGETTI,2006,p.28).

É notório, que a cidade apontada como pública, favoreça um ambiente para todos, sendo capaz de ser oportuno para qualquer pessoa e em diversas circunstâncias, rejeitado pela maioria dessa população. Sendo assim, são retirados deles seus direitos e deveres de cidadão, defendido por Lefebvre (1968) em seu livro “O Direito á Cidade”.

Ainda sobre as reflexões de GIORGETTI (2006),são pessoas que não apresentam trabalho e nenhuma outra fonte lucrativa para sobrevivência, então não são indivíduos que consomem e são expelidos não só social como também espacialmente.Portanto, a opção que remanesce para esses usuários, que vivem nessa situação, são os espaços afastados e conseqüentemente ocultos onde não causam incomodo na vida das classes sociais mais importante e menor impacto nas cidades.

Para Paula Quintão (2012), existe uma grande parcela da população com extrema pobreza e que não está inclusa nos projetos urbanísticos existentes no espaço e faz uma análise que um planejamento urbano e arquitetônico bem projetado, em função do ser humano, tornará a cidade mais executiva diante dos olhos de todos.

Segundo Quintão (2012), além de disponibilizar espaços adequados as pessoas de rua, é necessário ocasionar o acesso desses indivíduos, direcionando alternativas que lhes proporcionem condições de circulação.Desta forma, observamos que é de grande importância a atuação do arquiteto e urbanista, ao analisar essa situação,procurar adequar abrigos e condições para que possam suprir suas necessidades dentro do meio urbano.

Ainda sobre Quintão (2012). “A questão do espaço público é central quando se trata do morador de rua. No caso deles, ambos os âmbitos público e privado da vida se confundem na medida em que o público é também o privado e vice versa.” (QUINTÃO, 2012, p.18).De modo que qualquer projeto tradicional, esses indivíduos si necessitam ser percebidos como um cliente, e que suas necessidades sejam atendidas quando cogitadas. Ao se elaborar um projeto no município , o programa deverá ser justo e heterogêneo.

“É necessário caracterizar está população, para saber qual a realidade do “cliente”, como em qualquer projeto de arquitetura. Isto é importante para se poder trabalhar com as necessidades reais do individuo, e não



com uma imagem do morador de rua que seja fruto de um imaginário do arquiteto. É isso que ira balizar os projetos”. (QUINTÃO,2012, p.19).

Percebe-se, segundo Nigro (2015) em geral o arquiteto e urbanista ao projetar urbanisticamente não pensa na possibilidade de um local apropriado para essas pessoas em situação de rua e, como por exemplo banheiros e até mesmo espaço para tomarem banho e lavarem suas roupas na cidade.

2.1.3. Ações sociais com pessoas que vivem em situação de rua

Conforme a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (2015), os projetos sociais trazem a idéia da rejeição social de um conjunto de pessoas que é denominado como excluído. São programas oferecidos pela instituição que visam á remoção desses moradores, disponibilizando estratégias para uma reestruturação de suas histórias. (Secretária especial do Desenvolvimento Social, 2015).

São inúmeras as proporções de meio de sobrevivência e arrumação de quem habita nas ruas. De acordo com o texto a Política Nacional para a população em situação de rua (2009), essas pessoas é dividida entre as que procuram acolhida e as que dormem nas ruas. Analisamos também que os centros de acolhidas fornecem atividades, mas de preferência ao pernoite. Já, os centros de convivência, disponibilizam atividades diurnas. De acordo com o senso em 2009 nota-se que as pessoas andavam na busca de atividades laborais na parte da tarde, já na parte da noite, encontravam se sob o uso de drogas, e de preferência em espaços de pouca aglomeração. Desta forma, concluímos que o habitar na rua é resultado de uma situação mutável. A cada dia, o morador apodera-se de um ambiente diferente nas ruas, como método de adquirir segurança.

Segundo IPEA. Houve um acréscimo do número dessa população que vivem na ruas e, de fato, o aumento desses indivíduos que passaram a frequentar os albergues.Com tudo, a apuração de vagas ofertada é cada vez menor em relação a essas pessoas.(IPEA,2016).

“É de se perguntar: por que mais da metade da população não faz uso de albergue ou outra de acolhimento? Uma análise que pode ser feita seria pela escassez de albergue disponíveis. O número de vagas disponíveis nos albergues públicos não passam de 8.000, para uma população próxima de 15 mil pessoas, é de esperar que metade desta população não tenha onde pernoitar”. (QUINTÃO, 2012,p.43).

Portanto, seguindo as explicações de QUINTÃO (2012), essa não é a única explicação de que essa ocupação não seja utilizada. Muitos dos que sobrevivem em situação de rua não usam os albergues por julgarem que as regras desses ambientes são muito rígidas.

“O esquema de controle e apreensão pode ser observado pelo número de regras e horários impostos aos moradores de rua somente quem em determinados horários no período noturno. Durante o dia, seja no inverno ou com o tempo chuvoso, o morador de rua deve



encontrar ocupação e proteção por conta própria fora do albergue.” (HOVNANIAN, 2013, p.68).

Hovnanian (2013) descreve que essas razões os conduzem a não optar por desfrutar dos espaços de acolhida e criam um falso fundamento de que esses usuários não querem sair dela. Efetivamente, retira-se da rua e se alojar em um ambiente que não lhe ofereça uma situação melhor do que esteja vivendo, não é estimulante. Por isso preferem viver da maneira como podem.

Na opinião de Quintão (2012), outra explicação para essas pessoas não frequentarem os albergues seria o local inconveniente. Esses deveriam ser feitos em locais estratégicos, perto de onde a população de rua esteja concentrada. Construir um albergue em um local apenas porque a cidade disponibiliza, não produz resultados efetivos. (QUINTÃO, 2012).

Com relação às reflexões de QUINTÃO (2012), ainda sobre o assunto, analisamos que na maioria das vezes, esses albergues são construídos em lugares afastados, fazendo com que esses indivíduos não tenham interesse de frequentarem por estarem longe dos pontos centrais da cidade, locais onde alguns usam como fonte de lucro para sobreviverem.

Segundo o documentário “A Margem da Imagem” por Evaldo Mocarzel (2003), um local de acolhida coerente seria o que incentivasse essas pessoas a adquirirem aprendizado para recapacitação de sua cidadania. E promover um ambiente que não efetuassem muitas cobranças. (MOCARZEL, 2003).

2.2. Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração desse artigo consiste na aplicação da revisão bibliográfica e a confirmação de dados através da busca por questionamentos literários de acordo com os temas já antes analisados, por meio de pesquisas bibliográficas em livros, artigos e documentário por diversos autores, referentes a essa população que vive na extrema pobreza, e que de fato reflete no cenário arquitetônico e urbanístico. A fim de obter informações prévias sobre a problemática que conduz o presente trabalho, com análises de diferentes idéias de acordo com a temática em pauta. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.54).

A pesquisa é baseada em estudos de obras análogas e do Albergue de Manhauçu - MG, com intuito de explicar as relações entre a Arquitetura e Urbanismo e instituições de grande escala e seus aspectos sócio-políticos-culturais, voltados para as pessoas que vivem na situação de rua. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.60).

2.3. Discussão de Resultados

2.3.1. Albergue de Manhauçu - MG

Localizada na cidade de Manhauçu – MG, o espaço conta com uma área construída de 119,19 m², como no (MAPA 01) a edificação fica próxima ao centro da cidade, e como citado no desenvolvimento teórico por (QUINTÃO, 2012), é implantado em lugar estratégico, perto de onde a população está concentrada.

MAPA 01 – Localização do Albergue e entorno imediato de aproximação dos pontos de concentração de moradores de rua.



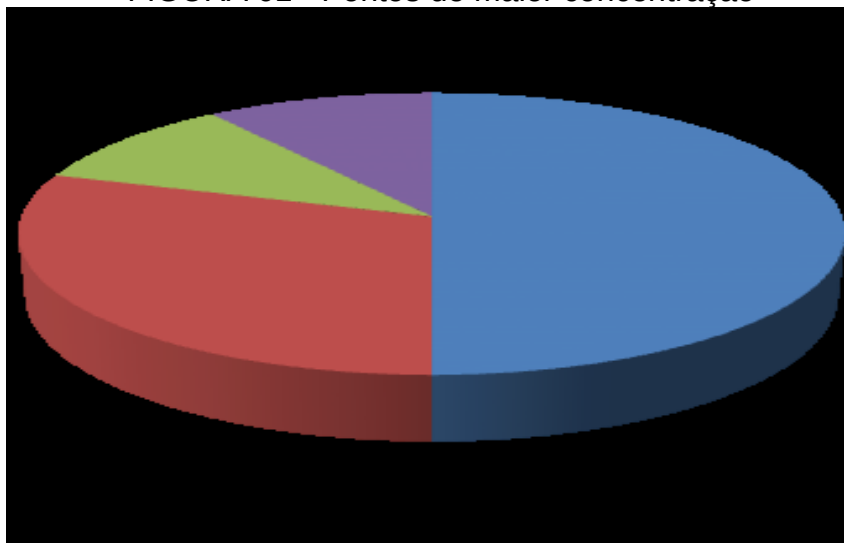
Fonte: Knupp, 2016

LEGENDA:

- Albergue Municipal
- Praça Cordovil Pinto Coelho
- Praça Dr. César Leite
- Casa de Cultura
- Terminal Rodoviário
- Bairro Coqueiro

Com relação à ocupação desses usuários no meio urbano, vamos ter quatro pontos de maior concentração. Sendo eles, Terminal Rodoviário, Bairro Coqueiro, Casa de Cultura e Praça Cordovil Pinto Coelho (FIGURA 01). (KNUPP, 2016).

FIGURA 01 - Pontos de maior concentração



Fonte: Knupp, 2016

LEGENDA:

 Terminal Rodoviário  Bairro Coqueiro  Casa de Cultura

Sendo administrado pela prefeitura da cidade e pelo centro de Referência especializado de Assistência Social (CREAS). O albergue apresenta uma arquitetura deficiente, com uma infraestrutura que não atende as necessidades dessas pessoas. Como mostrado na (FIGURA 02), o acesso principal não cumpre com a norma de acessibilidade de maneira que contribua para a falta de adequação do espaço. (KNUPP, 2016).

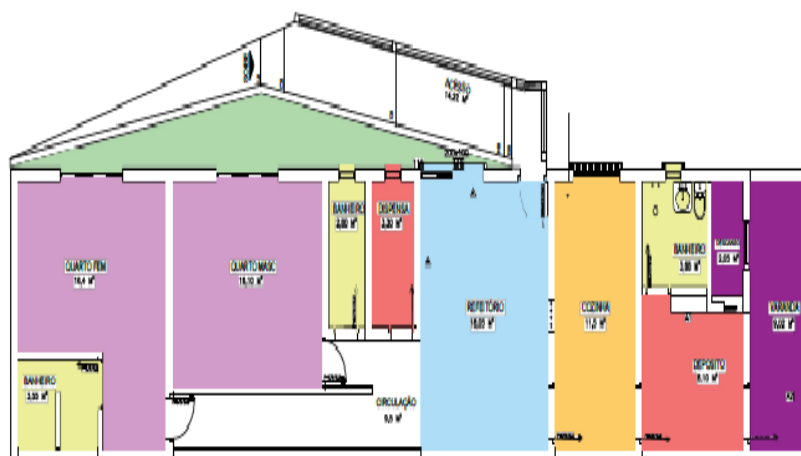
FIGURA 02 – Fachada do albergue da cidade de Manhauçu



Fonte: Knupp, 2016

O Albergue possui um pavimento, sendo ele distribuído por dois quartos, dois banheiros, refeitório, cozinha e um almoxarifado. Com capacidade de suporte para 17 pessoas, 12 homens e 5 mulheres, separados por quartos de acordo com o sexo. Quanto à funcionalidade, observamos na (FIGURA 03), que temos uma setorização ruim, decorrentes da má divisão dos cômodos, onde observamos que o albergue é caracterizado de forma simples e improvisado. (KNUPP, 2016).

FIGURA 03 – Planta baixa albergue da cidade de Manhauçu



Fonte: Autor, 2019

LEGENDA:

Refeitório Cozinha Dormitórios Varanda Almoxarifado

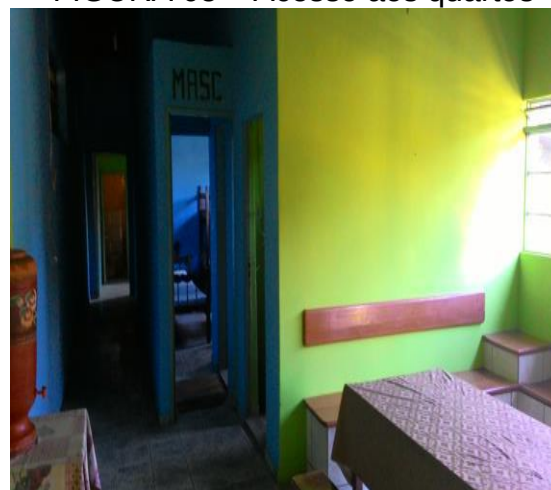
O Albergue conta com um espaço muito limitado, não favorecendo assim sua funcionalidade. Como na (FIGURA 04 e 05), o ambiente apresenta uma boa higienização, uma mesa comunitária em conjunto com dois bancos que não atende a quantidade de pessoas que freqüentam, já as refeições são servidas de acordo com horários estabelecidos. (KNUPP, 2016).

FIGURA 04 – Refeitório



Fonte: Knupp, 2016

FIGURA 05 – Acesso aos quartos



Fonte: Knupp, 2016

Os quartos são separados de acordo com o sexo, ambos, com banheiros. As camas são em beliche, no quarto masculino como na (FIGURA 06) comporta 12 homens, já o feminino (FIGURA 07), com capacidade para 5 mulheres. O albergue possui regras, podendo chegar até as 18 horas para pernoitar, e a ocupação das camas são escolhidas de acordo com a chegada ao local. Uma vez dentro albergue, não é mais permitido o contato com a rua, até o dia seguinte.

FIGURA 06 - Quarto Masculino



Fonte: Knnup, 2016

FIGURA 07 – Quarto Feminino



Fonte: Knnup, 2016

A cozinha (FIGURA 08) é precária, com pouco mobiliário, de acabamento simples, não tem espaço de depósito para armazenamento de alimento. O almoxarifado (FIGURA 09), não permite a separação dos produtos por falta de armários, sendo eles inseridos tudo em um mesmo ambiente e de forma desorganizada. O piso não possui revestimentos e aonde tem pintura, está descascando.

FIGURA 08 – Cozinha



Fonte: Knnup, 2016

FIGURA 09 - Almoxarifado



Fonte: Knnup, 2016

2.3.2 The Bridge Homeless Center em Dallas

Localizado em Dallas, Estados Unidos, implantado na zona central da cidade, próximo a pontos de interesse dessas pessoas que moram em situação de rua, projetado pela Overland Partners Arquitetos e CamargoCopeland Arquitetos no ano de 2010. O centro de desalojados em Dallas (FIGURA 10), possui uma área de implantação com 75.000 m² abrangendo grandes áreas externas. A edificação possui uma grande flexibilidade, boa organização, áreas verde ao contrário do estudo do Albergue de Manhauçu – MG, analisado anteriormente, ele atende não só as necessidades básicas como também oferece assistência médica, auxílio para doentes mentais, alojamento provisório e oportunidades de emprego que nasce na necessidade de se construir edificação que proporcionasse uma melhoria na vida dessas pessoas pensados na forma de reintegração desses usuários na sociedade auxiliando elas a encontrarem um caminho para reinserção na sociedade. (ARCHDAILY, 2010).

FIGURA 10 – Fachada do centro de desalojados em Dallas



Fonte: Archdaily, 2010

O espaço conta com seis edificações em torno de uma área de convivência, possuindo então uma boa setorização, como mostrado (FIGURA 11), a planta baixa de pavimento térreo foge dos padrões relacionados às instituições e concentram-se em espaços sociais como recepção, área comum, sala de administração, assistência médica e como um diferencial o projeto possui dormitório, banheiro e chuveiros ao ar livre, adaptado para atender 300 pessoas, sendo então as portas deixadas em abertas para os moradores se sentirem mais livres e não terem a impressão que estaria em um ambiente cheio de regras e pressionados como já discutido anteriormente no desenvolvimento teórico por Hovnanian (2013).

FIGURA 11 – Planta baixa pavimento térreo do The Bridge Homeless



Fonte: Nigro, 2015

LEGENDA:

- Recepção
- Área Comum
- Dormitório ao ar livre
- ADM
- Área Assistência Médica

De acordo com as planta apresentadas, observamos que quase todos os blocos são térreo de acordo com a conexão do pátio aberto central. Apenas a área de serviço e dormitórios (FIGURA 12 e 13) que se distribuem pelo piso superior de ambos os edifícios. O alojamento foi projetado para atender 6.000 pessoas e conta com um espaço para 998 leitos. Sendo ele destacado pela utilização de fachada em vidro, trazendo a iluminação natural para os ambientes internos e proporcionando maior conforto para essa população. (ARCHDAILY, 2010).

FIGURA 12 - Planta baixa primeiro pavimento do The Bridge Homeless



Fonte: Nigro, 2015

- LEGENDA:
- Serviços

FIGURA 13 – Planta baixa segundo pavimento do The Bridge Homeless



Fonte: Nigro, 2015

- LEGENDA:
- Dormitórios

Em geral o projeto é ressaltado pela otimização e diferença dos espaços do programa de necessidade oferecido, onde foi criada uma praça que permite uma melhor convivência, com pátios cobertos e descobertos, permitindo assim um olhar pro centro, para as pessoas se reconhecerem e terem a sensação de pertencimento e liberdade maior do que a própria rua. (ARCHDAILY, 2010).

FIGURA 14 - Área de convívio social do centro de desalojados em Dallas



Fonte: Archdaily, 2010

FIGURA 15 – Área de dormitório ao ar livre



Fonte: Archdaily, 2010

2.3.3 Readbridge Welcome Centre na Inglaterra

Localizado em Londres, Inglaterra, implantado na zona central da cidade, locais de pontos de interesse pelos moradores de rua e área em comum aos estudos de casos analisados acima. O Redbridge Welcome Centre (FIGURA 16), projetado pelo escritório Peter Barber Arquitetos no ano de 2012. A edificação comparada ao centro de alojamento The Bridge Homeless, conta com uma área menor, mas possuindo assim a comum flexibilidade e eficiência. Já comparada ao Albergue de Manhauçu – MG podemos observar que o espaço não precisa ser em grande escala para ser funcional. O centro comunitário é destinado às pessoas com dependência de droga e álcool, mas oferece alojamento e atividades profissionalizantes para as pessoas em situação de rua, além das necessidades básicas como higienização e alimento. (DEZEEN, 2012).

FIGURA 16 – Fachada do centro comunitário na Inglaterra



Fonte: Dezeen, 2012

O espaço é caracterizado por quatro pavimentos, apesar do seu espaço ser limitado, o programa de necessidade conta com uma boa setorização e organização como mostrado na (FIGURA 17). A planta baixa de pavimento térreo é composta pelas áreas de uso comum como, recepção, assistência médica, sala de administração e um jardim interno onde são elaboradas atividades e de fato área de maior uso da edificação, analisando que em relação à planta do The Bridge Homeless a funcionalidade é a mesma, mas em escala maior do que a do edifício estudado.

FIGURA 17 – Planta baixa pavimento térreo do centro comunitário na Inglaterra



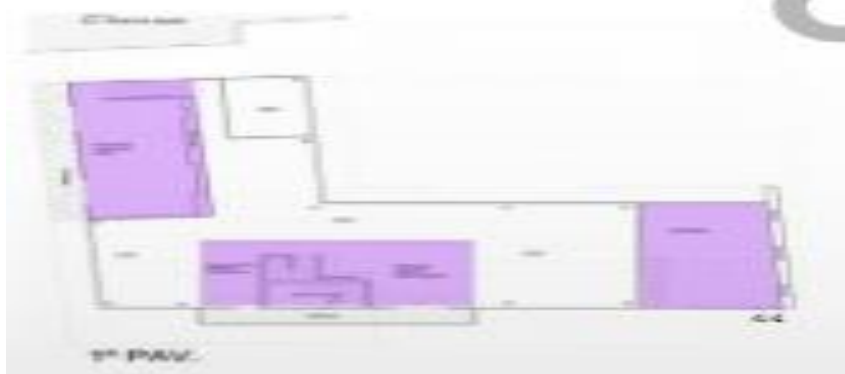
Fonte: Nigro, 2015

LEGENDA:

■ Recepção ■ Área de uso comum ■ ADM ■ Assistência Médica

De acordo com a planta apresentada na (FIGURA 18), observamos que a planta de primeiro pavimento ficou destinada só para os espaços de atividades que o centro oferece para os usuários, outra observação é a falta de corredores na planta, como de acordo com a equipe de arquitetos, a idéia era edificar ambientes integrados, criando assim várias perspectivas e uma sensação de visão geral do pavimento. (DEZEEN, 2012).

FIGURA 18 – Planta baixa primeiro pavimento do centro comunitário na Inglaterra



Fonte: Nigro, 2015

LEGENDA:

■ Áreas de atividades

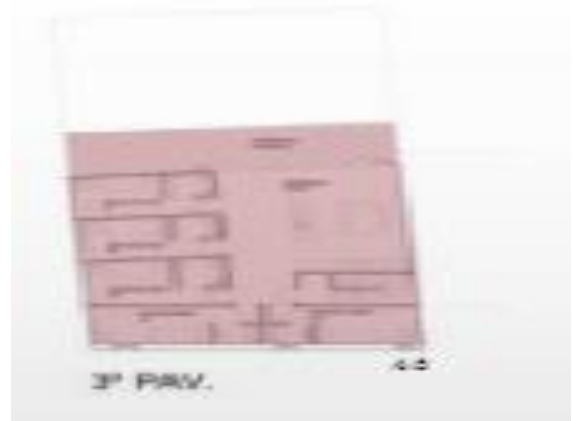
O segundo e terceiro pavimento (FIGURA 19 e 20), foi direcionado aos dormitórios e uma cozinha compartilhada, o alojamento conta com 10 suítes para abrigos de emergência e ao dia atendem cerca de 60 pessoas. (DEZEEN, 2012).

FIGURA 21 – Planta baixa segundo pavimento do centro comunitário na Inglaterra



Fonte: Nigro, 2015

FIGURA 22 – Planta baixa terceiro pavimento do centro comunitário na Inglaterra



Fonte: Nigro, 2015

LEGENDA:

 Dormitórios

O projeto destaca-se por uma arquitetura incomum, fugindo dos padrões de planta a partir da idealização de conceber ambientes que se ligam sem a criação de corredores e a integração dos espaços internos com o exterior, através das fachadas de vidro e do jardim interno descoberto (FIGURA 23). (DEZEEN, 2012).

FIGURA 23 - Jardim aberto interno



Fonte: Dezeen, 2012



Analizando as associações citadas em estudo de caso, e abrindo um comparativo entre elas, é possível analisar que é uma excelente opção trazer novos aperfeiçoamento e buscar um distinto para valorizar esse modelo de projeto, que não é visto como algo importante perante a população. Trazendo em vista a revelância dos espaços voltados para essas pessoas que vivem em situação de rua.

O Albergue de Manhuaçu – MG é uma construção antiga e não oferece a melhor condição para receber os albergados por falta de estrutura. Já o edifício The Bridge Homeless, possui uma enorme área para essas pessoas, oferecendo espaços diferenciados como pátio de convivência, área de dormitórios ao ar livre e espaços de apoio. O Reabridge Welcome Centre na Inglaterra, não possui um espaço grande como o The Bridge Homeless, mas é otimizado pela sua flexibilidade. Percebe-se então, que não é a escala em que vai mandar no projeto, para ele ser útil, e sim a sua funcionalidade e disposições do seu programa de necessidade. A comparação leva a entender que é possível fazer um bom trabalho independentemente do espaço que será usado, desenvolvendo soluções que adaptam a cada tipo de problema.

3. CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo levantar a arquitetura das edificações relativas ao abrigo para pessoas que vivem em situação de rua. Percebeu-se que os autores discutem que essas pessoas são decorrentes da desigualdade social, que em diversas vezes uma das principais causas que os definiram a esta idealidade foram a pobreza, uso de drogas, desemprego, brigas familiares, alcoolismo, sendo assim diariamente julgados e excluídos pela sociedade, sofrendo preconceito e fúria.

Entretanto, foi através da inclusão social que os órgãos públicos criaram os albergues que muitas das vezes oferecem atividades e programas educativos com intuito de mudar essa realidade vivida por essas pessoas, como uma possibilidade de incluí-la mais uma vez na sociedade.

Como resultado, observa-se que Manhuaçu – MG tem o albergue projetado de uma maneira insatisfatória, sendo mal setorizado, bem como a falta de organização e, sobretudo não cumprindo com as necessidades dessas pessoas, pois não foi um edifício construído para ser um Albergue e sim adaptado. Constatamos também, exemplos de estudos de casos com pontos positivos, que se destacam pela arquitetura funcional e pela arquitetura inclusiva, oferecendo estruturas adequadas, promovendo harmonia entre os moradores de rua e a cidade.

Ao desenvolver este estudo, constatou-se que o hábito de se acomodar na rua está presente em todas as cidades brasileiras e também na cidade de Manhuaçu – MG, visto que falta um local com infraestrutura adequada para essas pessoas que vivem nessa situação. Dessa forma, aplica-se o interesse da possível idéia em projetar uma edificação melhor do que a do Albergue da cidade de Manhuaçu – MG, com intuito de beneficiar essa parcela da sociedade.



4. REFERÊNCIAS

STOFEEL, Marie. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. São Paulo; Editora Paz Terra, 1997.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua : uma questão social?**. São Paulo, Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo; Editora da PUC-SP, 2006.

VIEIRA, BEZERRA, ROSA 1992- VIEIRA, Maria Antonieta c, BEZERRA, Eneida Maria Ramos e ROSA, Cleia Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive e como é vista**. São Paulo; Editora Hucitec, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 1968. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo; Editora Centauro, 2014.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na rua: há projeto possível?** – São Paulo, 2012.

HOVNANIAN, Marco Antônio Dresler. **Representações artísticas com os moradores de rua por meio da luz e do movimento**. São Paulo, 2012.

MENDES, Mariana. **Os moradores de rua e suas Trajetórias**: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995- 2005**. 220 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, São Paulo. Cortez, 2006.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua**: contextualização e caracterização. Revista Virtual, Textos e Contextos. N.4, dez, 2005.

VARANDA, Walter e ADORNO, Rubens de Carvalho Ferreira. **Descartáveis Urbanas: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para Políticas de Saúde**. São Paulo, 2004.

NIGRO, Ana Paula. Arquitetura da Inclusão: **Proposta de rede de equipamentos para moradores de rua**. Trabalho final de Graduação. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2015.

KNUPP, Thais. (2016). **Estudo de caso Albergue Manhuaçu**. Trabalho final de Graduação. Unifacig. Manhuaçu, 2016.



FIPE- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisa censitária população em situação de rua**, 2015.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**, 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015.

PRODANOV, Cleber e FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**, 2013.

MIAGUTI, Melissa. **População de rua arquitetura e espaço urbano**. Trabalho final de graduação. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2016.

ARCHDAILY. **The Bridge Homeless Assistance Center**. Overland Partners, 2010.

DEZEEN. **Readbridge Welcome Centre na Inglaterra**. Peter Barber, 2012.

PERREIRA, Camila Potyara. **Um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília, 2008.

ESTADO DE MINAS. **Bairro de Lourdes fica dividido sobre mendigos**: Medidas adotadas por associação para evitar morador de rua em região recebem críticas de outras entidades. Por Pedro Ferreira, 03/10/2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/03/interna_gerais,455704/bairro-de-lourdes-fica-dividido-sobre-mendigos.shtml

MOCARZEL, Edvaldo. **À margem da imagem**. 2003. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EB7A_uVQ9E